

Cultura e economia: Um trajecto de afinidades e oposições electivas

Rita Raposo e João Carlos Graça

1. Cultura e economia são categorias habitualmente identificadas com esferas distintas da actividade humana, sendo que apenas muito recentemente essa diferença foi verdadeiramente posta em causa, problematizada e discutida, no âmbito das ciências sociais. O grande impulso para esse debate surgiu, precisamente, das transformações que contemporaneamente afectam ambas as esferas e que, de alguma forma, tendem cada vez mais a confundi-las.

A esfera do económico é geralmente identificada com a ideia de *necessidade*, em conjunto com a qual participa no quadro de diversas outras associações simbólicas que são importantes para a compreensão da sua evolução. Entre essas associações, encontram-se as que aproximam o *económico* de ideias ou categorias, também historicamente moventes, como as de *subsistência* e *escassez*, de *natureza* e *animalidade*, de *produção e trabalho*, de *material* e *vulgar*, de *riqueza* e *dinheiro*, de *racionalidade* (ou uma certa forma disso) e *egoísmo*. Por sua vez, a esfera da cultura é claramente identificada com a lógica, contraditória em relação à anterior, da *liberdade*. Essa associação é realizada em vários planos, os quais correspondem, de resto, aos principais sentidos que a noção obteve nos últimos séculos.

A base principal para a discussão do evoluir da relação entre estas duas noções, e entre as esferas a que se supõe respeitarem, não pode ser senão a própria modernidade. De facto, e como veremos, é a esta e às transformações sociais que a caracterizaram que se pode atribuir a formação daqueles conceitos e, simultaneamente, a consagração da sua oposição. Se procurarmos reunir num bloco coerente os elementos que possam esclarecer a formação específica das ideias de cultura e economia, rapidamente verificaremos que, num quadro feito evidentemente de permanências e novidades, há a salientar o papel das lutas entre diferentes grupos sociais, em particular dois, a saber, nobres e burgueses. E, apesar de nos estarmos a referir a múltiplos sujeitos que se encontraram em situações diversas, é possível identificar os seus contributos genéricos para a formação de uma nova era e, nomeadamente, para a de ideias como as de economia e cultura.

Por sua vez, é impossível separar a conduta desses grupos sociais da evolução do estado moderno e das transformações económicas que afectaram a Europa ocidental. Há, em primeiro lugar, que dar lugar de destaque às manobras reais de reforço do poder pessoal e do próprio estado, que hão-de trazer a centralização política e um novo entendimento do funcionamento desta esfera – merecem particular relevo o acortesamento das nobrezas e a utilização da “inteligência” burguesa para a condução dos negócios do estado e para a estruturação do seu aparelho. Ao mesmo tempo, há que assinalar os progressos do capitalismo, os quais revolucionarão toda a estrutura social. Ainda, por último, deve salientar-se que todas estas transformações, assim como a agência de nobres e burgueses, estão associadas ao surgimento de novas mentalidades e mundivisões, em particular duma cultura especificamente burguesa.

2. É neste quadro que devemos situar a análise da formação moderna das ideias de economia e cultura. No que respeita à primeira, devem destacar-se dois elementos principais: 1) a reabilitação social de algumas instituições, práticas e ideias que, pela mesma época, passaram a ser identificadas com a esfera económica, e que tradicionalmente eram consideradas condenáveis ou desprestigiantes; 2) a construção da economia política. Da tradição da antiguidade vinha quer a definição do “económico”, a casa, como esfera legítima mas menor, quer a consideração do “crematístico”, a riqueza monetária, como esfera moralmente duvidosa, algo que, permitindo um enriquecimento indefinido, seria de algum modo contra-natura. É dentro desta tradição que se

compreende, ainda, a condenação de práticas como o empréstimo a juros, o regateio, a própria poupança, e também a desconfiança ou o desprezo social votados ao próprio comércio e aos mercadores.

No contexto de uma sociedade estatutariamente estratificada, como era o caso das sociedades europeias pré-modernas, era normal que determinadas actividades fossem reservadas a grupos específicos e interditas a outros. É também neste contexto que a própria noção e a apreciação social do *trabalho* encontram uma tradução específica – “as elites de corte das sociedades pré-industriais não desprezavam o trabalho enquanto tal, mas o trabalho para ganhar dinheiro e o dinheiro ganho através do trabalho” (Elias, 1987: 47). De facto, apenas a sociedade e o capitalismo modernos, assim como a agência burguesa, haveriam de reabilitar a própria ideia de *trabalho* a ponto de ele ser elevado à condição de um imperativo de respeitabilidade social. É também no mesmo movimento de acontecimentos e ideias que o trabalho, tradicionalmente associado à ideia de *necessidade*, passa a ser identificado com as ideias de individualidade e, mesmo, de liberdade – num contexto em que aquele passa, de resto, a ser juridicamente livre.

De alguma forma, as novas representações sociais destas práticas e ideias, em grande medida atribuíveis à progressiva supremacia da lógica capitalista, encontram um eco importante no projecto original da economia política. Por sua vez, a este é necessário também reconhecer uma relativa novidade. Num certo sentido, trata-se aqui, e por definição, de reabilitar o económico, transportando o seu modo de operar para um nível superior de dignidade (a cidade). Em conformidade com isso, faz-se da esfera material o principal propósito da actuação do soberano: o bom príncipe é o que se preocupa com o bem-estar dos súbditos, o que reconhece que a sua própria riqueza depende da riqueza da nação, etc. Deve sublinhar-se que isto, até certo ponto pelo menos, corresponde igualmente à ideia de “domesticar” e/ou “adoçar” a política (*doux commerce*). A importância reconhecida ao económico pode também, em parte, ser tomada como índice da democratização das sociedades, entendida como predomínio do “maior número” e da sua felicidade material enquanto objectivos centrais de toda a boa política.

Traços marcantes da forma mental da economia política, pelo menos da sua versão hegemónica, vêm entretanto a ser: a ideia de que a vida económica consiste no fundamental num fluxo circular auto-regulado; a ênfase na ideia de espontaneidade das condutas e a expectativa de que elas conduzam a um equilíbrio que representaria o óptimo da satisfação para cada um e todos os intervenientes; a prescrição correlativa do *laissez-faire* como princípio de política económica; depois também, e de forma cada vez mais consciente, a ideia do predomínio entre os agentes económicos duma conduta simultaneamente egoísta e “racional pelos propósitos” (*Zweckrational*) – e mesmo, em versão radical, do carácter desejável de tal estado de coisas.

Este quadro mental, entretanto, sempre teve as suas zonas de sombra. Um deles, claro, é constituído pelo poder crescente dos plutocratas, mera *potestas* que não é reconhecida como verdadeira *auctoritas* – e, associada a essa, a ideia da instabilidade intrínseca duma sociedade composta por plutocratas e massa, isto é, uma sociedade que, por não ser detentora duma verdadeira aristocracia, seria também falha dum certo *quid*, aquilo a que por vezes se chama o *sentido*, que só a verdadeira aristocracia e a genuína autoridade podem proporcionar. Quanto a isto, é óbvia na história das ideias económicas uma ligação forte com o que viria a ser a tradição propriamente sociológica, embora esta última, repete-se, talvez possa melhor ser considerada a sua sombra. Um prolongamento desta problemática encontra-se, enfim, no deficiente tratamento dado pela tradição hegemónica da economia política ao tema do consumo, seja por comparação com os temas da produção e da circulação, seja mesmo em confronto com os da repartição. (Uma outra sombra, e até certo ponto de sentido oposto, são, claro, as ideias socialistas e o projecto de intervenção directa e em larga escala dos poderes públicos na esfera produtiva: o estado excessivamente fiscalista ou, pior ainda, deliberadamente protector e mesmo, no limite, violação do tabu liberal por excelência, ele próprio produtor.)

3. Uma análise, ainda que breve, do conceito de “cultura” rapidamente nos revelará a sua estreita associação à ideia de liberdade e a sua oposição directa à de necessidade. Com ela se ligam da mesma forma as de “espírito humano” e das suas criações, mas também uma esfera social específica que se entende consistir “nos produtos e nas práticas da actividade intelectual e, especialmente, artística” (Williams, 1988: 90). Entretanto, a semântica apontará também, muito rapidamente, para uma outra problemática: a que, no âmbito do nascente romantismo literário, virá associada à defesa da “autenticidade” e da “individualidade”.

Quanto a isto, e para além do sublinhar das dissidências relativas que, no âmbito da história do pensamento económico, vieram a constituir a “economia nacional” (List e o reconhecimento da importância económica da *Kultur*), a “escola histórica” (Schmoller e a ênfase nas particularidades e na indução) e o “institucionalismo” (Veblen, o consumo ostentatório e a classe ociosa), é necessário reconhecer de novo o persistente subdesenvolvimento do tratamento do tema do consumo na tradição da *economics*, bem como a reabilitação do mesmo pela tradição sociológica, numa linha que facilmente se identificará unindo Max Weber a Baudrillard e a Bourdieu (a importância das lógicas não estritamente económicas, o peso do simbolismo e da distinção...), com prolongamento, enfim, para as problemáticas da pós-modernidade e do chamado *cultural turn*.

Associadas a estas últimas vêm, é claro, as noções de *commodification* da vida social e de “cultura de consumo”, apontando para os mesmos referenciais de reforço da carga comunicacional e simbólica, mas também para a ideia de fragmentação social generalizada e multidimensional, porventura associando ainda esta última seja à felicidade individual consubstanciada na autodeterminação generalizada que seria a própria proliferação indefinida de *lifestyles* (em versão apologética), seja para o *divide et impera* que, pelo dificultar da acção colectiva, tudo isto acarretaria (em versão crítica), seja ainda para facto de que o desejo ilimitado de auto-afirmação comporta também, contraditoriamente, a busca do reconhecimento social — para já não falar do paradoxo que constitui a noção mesmo “dum grupo de projectos culturais unificados pelo próprio comprometimento auto-proclamado com a heterogeneidade, a fragmentação e a diferença” (em versão céptica).

Deve notar-se também que estes projectos teóricos pós-modernos, se por um lado reabilitam algo ironicamente um velho mito da *mainstream economics*, a noção de “soberania do consumidor”, vêm também a opor-se quase simetricamente ao esforço que, conduzido no âmbito desta última por autores como Bowles e Gintis, com o objectivo declarado de consagrar o carácter social dos agentes (“interdependência das funções-consumo”), aponta mesmo para a ideia duma “reciprocidade forte” de algum modo inscrita na memória biológica da espécie através de co-evolução biossociocultural. Esta tal “reciprocidade forte” é, muito significativamente, identificada por Bowles e Gintis, numa análise pretendendo-se *cross-cultural*, isto é, como um pretenso universal da natureza humana válido em todas as sociedades.

Por último, considerar-se-ão as analogias da ideia duma fusão economia-cultura associada à pós-modernidade (Jameson), com as dessa outra segundo a qual viveríamos num cume de auto-consciência societária, uma “época central”, na qual o “sentido da história” se nos revelaria e em que por isso esta última acabaria: o que “somos” confundir-se-ia enfim com o que “pensamos que somos”. Como se sabe, *the best of times* tendem também a ser *the worst of times*, pelo que a ideia Jamesoniana de uma amalgamar de base e superestrutura — “o cultural e o económico abatem-se desta forma um de encontro ao outro e dizem a mesma coisa, num eclipse da distinção entre base e superestrutura que chamou a atenção como característica significativa da pós-modernidade” — será também reportada a (e confrontada com) a opinião de Ortega y Gasset segundo a qual o predomínio do crematístico, do simples poder do dinheiro, por oposição à autoridade e mesmo ao poder puro e duro exercido pela violência, é geralmente excepcional na história humana.